



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP  
PALÁCIO DA LIBERDADE

Deliberação:	<b>PLCL Nº 03/2020</b>		
	<b>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO</b>		
	DATA DE PROTOCOLO: 20/05/2020		
<b>Ementa (assunto):</b> Altera a redação do § 2º do artigo 61 da Lei Complementar nº 05, de 28 de dezembro de 1992, Código Tributário do Município de Jacareí, a fim de regulamentar a transação tributária como forma de extinção do crédito tributário, nos termos em que especifica.			
<b>Autoria:</b> Vereadora Dra. Márcia Santos.			
<b>Distribuído em:</b> 20/05/2020	<b>Para as Comissões:</b> 1, 2 e 7	<b>Prazo das Comissões:</b> 17/06/2020	<b>Prazo fatal:</b>
<b>Turnos de votação:</b> 2 (Dois)	<b>Observações:</b> NECESSÁRIO VOTO DA MAIORIA ABSOLUTA P/ APROVAÇÃO (7 VOTOS)		
<b>APROVADO</b> em discussão única Em ____/____/_____ _____ Presidente		<b>REJEITADO</b> Em ____/____/_____ _____ Presidente	
<b>APROVADO</b> em 1ª discussão Em ____/____/_____ _____ Presidente		<b>ARQUIVADO</b> Em ____/____/_____ _____ Setor de Proposituras	
<b>APROVADO</b> em 2ª discussão Em ____/____/_____ _____ Presidente		<b>ADIADO</b> por ____ sessões Em ____/____/____ para ____/____/_____ _____ Secretário-Diretor Legislativo	
<b>ADIADO</b> por ____ sessões Em ____/____/____ para ____/____/_____ _____ Secretário-Diretor Legislativo		<b>ADIADO</b> por ____ sessões Em ____/____/____ para ____/____/_____ _____ Secretário-Diretor Legislativo	
<b>Anotações:</b>			



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE  
GABINETE DA VEREADORA DRA. MÁRCIA SANTOS

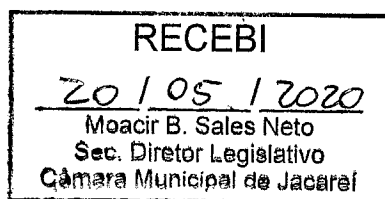
Folha

02 m.

Câmara Municipal  
de Jacareí

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

*Altera a redação do § 2º do artigo 61 da Lei Complementar nº 05, de 28 de dezembro de 1992, Código Tributário do Município de Jacareí, a fim de regulamentar a transação tributária como forma de extinção do crédito tributário, nos termos em que especifica.*



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º.** O disposto no atual § 2º do artigo 61, da Lei Complementar nº 05, de 28 de dezembro de 1992, passa a ter a seguinte redação:

*§ 2º A autoridade competente poderá autorizar a transação que, mediante concessões mútuas, importe em resolução de litígio e consequente extinção parcial ou total do crédito tributário, desde que apresente prévia justificativa em procedimento próprio e simplificado, acerca do interesse da Administração, considerando:*

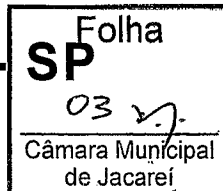
*I – que o ajuste não poderá reduzir o principal e acessórios do respectivo crédito;*

*II – que será possibilitado aos contribuintes, além das demais hipóteses, aderirem a transação tributária, com a prestação de serviços essenciais, nos termos e condições do regulamento próprio;*



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE  
GABINETE DA VEREADORA DRA. MÁRCIA SANTOS



*III – que o crédito somente será extinto após cumprimento total das condições transacionadas junto a Administração Pública.*

*IV – que a transação atenderá ao interesse público e ao princípio da transparência.*

*V – a observância ao princípio da transparência será efetivada, entre outras ações, pela divulgação em meio eletrônico de todos os termos de transação celebrados, com informações que viabilizem o atendimento do princípio da isonomia, resguardadas as legalmente protegidas por sigilo.*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Câmara Municipal de Jacaréí, 20 de maio de 2020.



Dra. Márcia Santos

Vereadora – PL



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE  
GABINETE DA VEREADORA DRA. MÁRCIA SANTOS

Folha

04 27.

Câmara Municipal  
de Jacareí

## Justificativa

O projeto ora apresentado enseja possibilitar a transação tributária por intermédio da prestação de serviços essenciais, como exemplo, a disponibilização de exames, cirurgias e demais serviços imprescindíveis à Administração desde que credenciados pelo Poder Executivo. Ou seja, permite que contribuintes inadimplentes em relação aos impostos e taxas municipais, possam optar pela quitação de suas dívidas prestando serviços à Administração Pública.

O governo federal recentemente, buscou regulamentar esta espécie de extinção do crédito tributário abrangendo novas formas e as condições para sua ocorrência na Lei 13.988/2020, também com o intuito de facilitar o adimplemento do contribuinte junto a Fazenda Pública.

Esta medida, além de não apresentar custos ao município, objetiva a facilitação da recuperação de créditos tributários e, por exemplo, a redução das filas de espera em procedimentos do Sistema Universal de Saúde, pontos que ganham protagonismo ao se tratar de desafios da Administração Pública.

A crise econômica é uma realidade imposta a qual o Município necessita de soluções criativas para não deixar de prestar a devida assistência à população, principalmente no que concerne a determinadas áreas, como a saúde, que demanda maior urgência em seu atendimento.

Ademais, a propositura atende ao interesse local, presente no art. 30, inciso I da Constituição Federal e não atinge as hipóteses taxativas de competência do Poder Executivo, presentes no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, conforme segue *in verbis*:

**Art. 40** São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

- I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria e vencimentos;



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

GABINETE DA VEREADORA DRA. MÁRCIA SANTOS

Folha
05 <i>W</i>
Câmara Municipal de Jacaréi

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública;

IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções;

V - concessões e serviços públicos.

Cabe esclarecer que, a propositura apenas expande as possibilidades de transação tributária em nosso município, sendo que a mesma continua a depender de ato discricionário do Poder Executivo. Não invade as cláusulas de Reserva Administrativa podendo, portanto, ser matéria de apreciação pelo Legislativo.

A recuperação dos créditos tributários não será prejudicada, uma vez que a prestação de serviços suprirá a necessidade de gastos que a Administração normalmente tem que arcar para a contratação dos mesmos. A proposta tem o intento de suplementar os recursos e facilitar o adimplemento junto ao município.

Ademais, a proposta não confronta disposições de outras esferas, uma vez que o Código Tributário Nacional dispõe:

“Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou **cujo valor nela se possa exprimir**, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Neste sentido, o citado diploma legal expressa que, não necessariamente o pagamento do tributo deverá ser realizado em dinheiro, possibilitando que ocorra a partir da prestação de serviços.

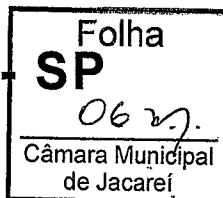
Também, a doutrina entende que existe a possibilidade de prestação pecuniária diversa da monetária, conforme segue:

Portanto, a fim de que a relação jurídica tenha natureza jurídica tributária, pouco importa que a obrigação, por ela gerada, seja satisfeita por uma prestação em dinheiro ou in natura ou in labore, pois, nas TRÊS hipóteses, o conteúdo jurídico da prestação será sempre o mesmo: um prestar, isto é, um ato positivo (facere) ou um ato negativo (non facere) do sujeito passivo da relação jurídica



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE  
GABINETE DA VEREADORA DRA. MÁRCIA SANTOS



Ainda o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) Nº 1917/DF, demonstrou entendimento que os entes federados têm liberdade para o estabelecimento de regras específicas de quitação de seus tributos, uma vez que as causas de extinção de crédito tributário não estariam sujeitas à reserva de lei complementar. (STF – ADI 1917 DF, Relator: Ministro Ricardo Lewandowski, Julgado em 26/04/2007)

Corroborando com o referido entendimento, novamente a Suprema Corte, no julgamento de Ação Direta de Constitucionalidade- nº 2.405 Rio Grande do Sul, o relator Ministro Alexandre de Moraes, exarou seguinte decisão acerca do tema:

“Não há reserva de Lei Complementar Federal para tratar de novas hipóteses de suspensão e extinção de créditos tributários. Possibilidade de o Estado-Membro estabelecer regras específicas de quitação de seus próprios créditos tributários”

(STF- ADI 2.405- RS, Relator: Ministro Alexandre de Moraes Julgado em: 20.09.2019)

Desta forma, não há óbices quanto a estipulação de novas formas de extinção tributária pelo Município, desde que tenha intento de proteger o erário público e observe as normas de licitação.

O projeto estipula ainda que a regulamentação desta lei deverá atender aos princípios da transparência uma vez que este possibilita o controle social e concerne maior credibilidade aos atos administrativos, além de garantir o tratamento isonômico entre contribuintes de igual condições.

Pelos motivos expostos e certa de que merece aprovação, encaminho a presente propositura aos Nobres Vereadores.

  
**Dra. Márcia Santos**  
Vereadora-PL